



JUSTIFICAÇÃO

O governo federal privatizou em leilão realizado em agosto de 2019, duas áreas no Porto Santos, em São Paulo, e uma área no Porto de Paranaguá, no Paraná. Os terminais em Santos são destinadas à movimentação de graneis líquidos combustíveis, fertilizantes e sal. No Porto de Paranaguá, a área que será arrendada é destinada à movimentação de carga geral, especialmente papel e celulose.

O governo Bolsonaro está imprimindo velocidade às privatizações que vão diminuindo o papel do Estado na economia brasileira, muitas vezes, mais para se desfazer de patrimônio e livrar o governo das obrigações com as estatais, que para melhorar o funcionamento da máquina pública e da economia.

É preciso agir com cuidado nessa questão de privatizações porque o empresariado entra onde existe possibilidade de lucro. O mesmo lucro obtido pela iniciativa privada pode ser conseguido pela empresa estatal, se administrada corretamente. Não podemos trabalhar com a lógica do que tudo que é público é ruim e tudo que é privado funciona.

A preocupação desse parlamentar em relação as privatizações são basicamente três: 1. Se acaso a empresa não atua em área estratégica para o desenvolvimento do país e sua soberania; 2. Se os recursos arrecadados com a venda não servirá apenas para pagar juros da dívida pública do governo; 3. Se o preço pago pelo setor privado para obter a estatal não está abaixo do valor real que a empresa possui no mercado.

Com a atual escalada de privatizações em setores estratégicos para o país, como é o caso dos portos de Santos e Paranaguá, esse parlamento e os órgãos de controle precisam estar atentos para que não haja prejuízos econômicos em relação ao dinheiro público investido no setor privatizado e prejuízos estratégicos para o desenvolvimento e soberania do Brasil.

Com base nessas afirmações, solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro de Estado da Infraestrutura que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO